



## A DINÂMICA TERRITORIAL DO DESENVOLVIMENTO: DESAFIOS E PERSPECTIVAS EM ÂMBITOS ESPACIAIS PERIFÉRICOS<sup>1</sup>

*Valdir Roque Dallabrida<sup>2</sup>*

**INTRODUÇÃO:** Nos últimos anos tem-se privilegiado a pesquisa sobre a temática do desenvolvimento local/regional/territorial, focada na dinâmica territorial. Tais pesquisas oportunizaram várias publicações recentes, algumas delas focadas nas estratégias de gestão do desenvolvimento, outras sobre a questão do planejamento, outras ainda, tratando da gestão e governança territorial (DALLABRIDA, 2006 e 2007; DALLABRIDA e BÜTTENBENDER, 2007 e 2007; DALLABRIDA, SIEDENBERG e FERNÁNDEZ, 2004 e 2005). Avançando na investigação sobre a temática em referência, o foco atual está voltado às perspectivas e desafios do desenvolvimento local/regional/territorial (sustentável) na era da globalização: das concepções teóricas à realidade empírica dos âmbitos espaciais periféricos. Este foco temático, além da pesquisa pessoal, está contemplado na orientação de vários alunos, em projetos de pesquisa, tanto de iniciação científica, como de dissertações de mestrado, além de projeto de extensão e trabalhos de conclusão de curso da graduação e pós-graduação (especialização). A temática foco abrange as seguintes dimensões: concepções teóricas do desenvolvimento local/regional/territorial; a dimensão econômica e sociocultural do desenvolvimento; a questão da governança e da gestão territorial, considerando o contexto de um mundo globalizado. Tem-se como hipótese central que a construção de alternativas de desenvolvimento local/regional/territorial sustentáveis precisa considerar a perspectiva de um mundo globalizado, entendendo esta tanto como oportunidade quanto como desafio. Neste sentido, várias problemáticas são suscetíveis de investigação. Esta publicação está focada na questão da governança e gestão territorial, contemplando algumas questões específicas. Quais as possibilidades de instituir um processo de gestão territorial que contemple estratégias de concertação social? Quais estruturas de governança territorial são necessárias? O presente trabalho propõe-se contribuir na resposta destas interrogações, a partir de reflexões sobre a institucionalidade e possível prática dos Conselhos Regionais e Municipais de Desenvolvimento – Coredes e Comudes do Estado do Rio Grande do Sul (Brasil), como estruturas de governança territorial. Parte-se da concepção de governança territorial como o conjunto de ações que expressam a capacidade de uma sociedade organizada territorialmente para gerir os assuntos de interesse público. Utiliza-se o termo bloco socioterritorial para referir-se ao conjunto heterogêneo de atores territoriais que num determinado momento histórico assume posição hegemônica, este formado por redes de poder socioterritorial. Os acordos resultantes desta prática de gestão territorial constituem-se em pactos socioterritoriais.

**MATERIAL e MÉTODOS:** De 2005 a 2007, tem-se acompanhado, através da participação em reuniões e encontros estaduais e regionais dos Coredes e Comudes, com o intuito de avaliar sua prática e estrutura organizacional. Além disto, no período, deu-se atenção à revisão da literatura contemporânea sobre o tema. Os debates ocorridos quando da participação em eventos, foram de fundamental importância. Especialmente sobre os Comudes, no primeiro semestre de 2007, paralelo ao processo de investigação e reflexão, tem-se acompanhado



também o desenvolvimento de um Projeto de Extensão na região Fronteira Noroeste. Tais processos de pesquisa/ação resultaram em várias reflexões que foram publicadas sob a forma de artigos em eventos nacionais e internacionais, artigos em periódicos e/ou capítulo de livros. Neste primeiro momento, relatamos uma síntese das reflexões teóricas. **RESULTADOS:** Diferentes autores reafirmam a necessidade de que se criem espaços públicos de representação, negociação e concertação e de que é fundamental a construção de uma ordem institucional distinta, que necessariamente deve ser aberta, plural e capaz de administrar conflitos. A governança passa a ser entendida como processo de interação entre atores estratégicos que contam com recursos de poder de tomada de decisão e de solução de conflitos. Os Coredes e Comudes, no Estado do Rio Grande do Sul, constituem-se, de direito, mesmo que ainda não de fato, os referidos espaços públicos de representação, negociação e concertação, ou seja, espaços permanentes de concertação público-privada, espaços que precisam ser abertos, plurais e capazes de administrar conflitos e detectar oportunidades e onde pode ocorrer concretamente a gestão territorial. A governança territorial pode ser percebida como uma instância institucional de exercício de poder de forma simétrica no nível territorial. A sua prática incide sobre três tipos de processos: (a) a definição de uma estratégia de desenvolvimento territorial e a implementação das condições necessárias para sua gestão; (b) a construção de consenso mínimos, através da instauração de diferentes formas de concertação social como exercício da ação coletiva e, por fim, (c) a construção de uma visão prospectiva de futuro. **CONCLUSÕES:** Uma prática qualificada de governança territorial é um requisito indispensável para a efetivação da gestão territorial, com vistas ao desenvolvimento territorial. A gestão do desenvolvimento, realizada na perspectiva da concertação público-privada, implica numa revalorização da sociedade, assumindo o papel de protagonista, com postura propositiva, sem, no entanto, diminuir o papel das estruturas estatais nas suas diferentes instâncias. Por fim, reafirma-se a perspectiva de que é através de processos de concertação social que a sociedade de uma determinada região ou território, organizada em suas redes de poder socioterritorial, democraticamente, constrói consensos mínimos, os quais representem as decisões consensadas naquele momento histórico no que se refere à superação dos seus desafios, resultando nos chamados pactos socioterritoriais, ou seja, nos seus planos de desenvolvimento territorial. Esta é uma das possibilidades para que, dadas determinadas condições histórico-culturais locais, se efetive concretamente a gestão territorial de forma societária.

#### REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA:

DALLABRIDA, Valdir Roque. A Gestão Territorial através do diálogo e da participação. In: X Coloquio Internacional de Geocrítica, Porto Alegre: URGS, 28, 29, 30, 31 de maio e 1º de junho de 2007 (disponível em: [www.ub.es/geocrit/9porto/valdir.htm](http://www.ub.es/geocrit/9porto/valdir.htm)).

<sup>1</sup> Projeto de Pesquisa institucional que faz parte da Linha de Pesquisa “Integração Regional e Desenvolvimento Local Sustentável”, do Mestrado em Desenvolvimento da UNIJUI.



<sup>2</sup> Geógrafo, professor e pesquisador da UNIUI no Departamento de Ciências Sociais e no Mestrado em Desenvolvimento, doutor em Desenvolvimento Regional.